

Não perca o prazo

Atenção

A Receita Federal do Brasil prorrogou para o último dia de maio o prazo para a apresentação da Declaração de Transferência de Titularidade de Ações (DTTA) com as informações relativas ao segundo semestre de 2008. A prorrogação foi feita por meio da Instrução Normativa nº 930, de 30 de março de 2009. Mais informações podem ser obtidas no site da Receita, no endereço www.receita.fazenda.gov.br

Destaques

Isenção de IR

A Súmula nº 215 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual a indenização recebida por adesão a Programa de Demissão Voluntária (PDV) não está sujeita à incidência do Imposto de Renda, não faz distinção entre empregados do setor público e privado. Sendo, portanto, aplicada às duas situações. O entendimento foi pacificado pela Primeira Seção do STJ ao julgar recurso interposto pela Fazenda Nacional. O relator do recurso, ministro Luiz Fux, explicou que a matéria foi afetada à seção para novo pronunciamento por força do teor da Súmula nº 215 do STJ. Segundo o ministro, como a corte possui precedentes pela isenção e pela incidência do Imposto de Renda (IR), a matéria precisava ser pacificada. Em voto vista, a ministra Eliana Calmon ressaltou ser a primeira vez que o colegiado enfrenta a diferença entre a situação do servidor público e do servidor civil de empresa privada à luz da Súmula 215. No caso em questão, a Seção julgou a incidência ou não do Imposto de Renda sobre valores recebidos por empregados que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) da Eletropaulo. A Justiça em São Paulo

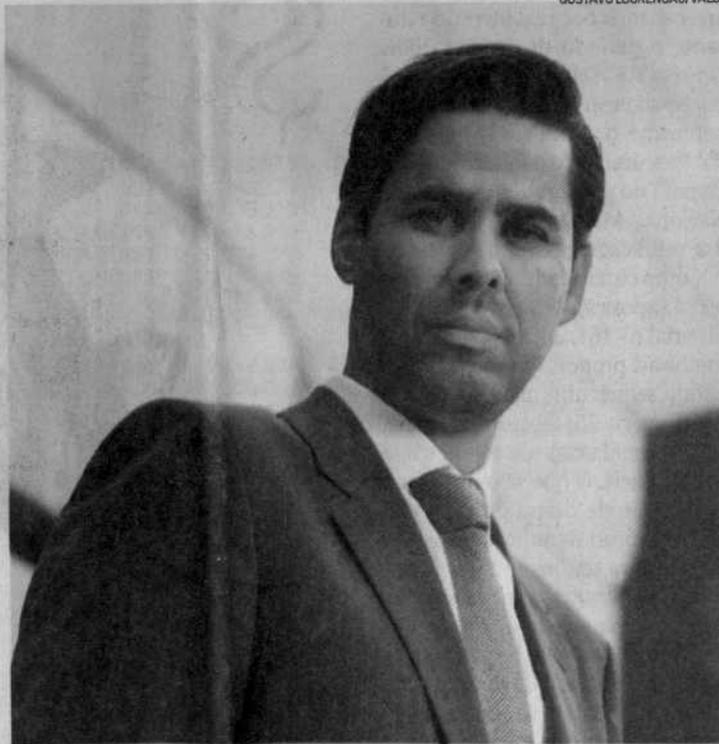
Serviços jurídicos Obras de infraestrutura provocam aumento de consultas a advogados

Desapropriações mobilizam bancas

Adriana Aguiar
De São Paulo

Com a retração dos investimentos privados, as obras de infraestrutura — como as previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a ampliação de linhas do Metrô de São Paulo — estão sendo consideradas uma das alternativas para o enfrentamento da crise, por gerarem um grande número de empregos e movimentarem vários segmentos da economia. Um efeito colateral desses investimentos tem movimentado também o setor de serviços jurídicos: as desapropriações necessárias para que uma obra tenha início. Como nem sempre os acordos acabam saindo do jeito que os donos das propriedades afetadas desejam, a demanda nos escritórios de advocacia especializados no assunto aumentam significativamente.

Já há um grande número de consultas relacionadas a projetos recentes — como a ampliação da Linha Lilás do metrô em São Paulo e uma eventual desapropriação de imóveis para a ampliação do aeroporto de Congonhas, na capital paulista — no escritório Pires & Gonçalves Advogados. A banca também triplicou o número de ações que representa nos últimos dois anos por conta da construção das linhas 2 e 4 do metrô na capital paulista e do trecho sul do Rodoa-



GUSTAVO LOURENÇO/VALOR

O advogado Ventura Alonso Pires: ações triplicaram nos últimos dois anos

dos desse tipo carregarem a má fama de perdurarem por décadas no Poder Judiciário, o sócio do escritório garante que já finalizou casos em quatro anos. "Nem sempre tem sido uma disputa demorada, pois, como a desapropriação é uma necessidade pública, que se sobrepõe à particular, só cabe discutir o valor para que ele seja o mais justo e pago no menor tempo possível", afirma. Além das ações judiciais que

casos que resultaram em acordo, sem que houvesse a necessidade de um processo judicial, em algumas desapropriações feitas pelo Metrô de São Paulo ou pelo Rodoa-

Conhecido por sua atuação, há mais de 30 anos, em processos de desapropriação por todo o país, o escritório Husni-Paolillo-Cabariti Advocacia, que hoje assessora cerca de 500 processos em tramitação, também já sentiu um aumento no número de consultas relacionadas

das novas obras anunciadas em São Paulo. Segundo o sócio do escritório, o advogado Vicente Renato Paolillo, os processos mais novos têm tramitado mais rapidamente no Judiciário devido à exigência mais frequente do laudo prévio — uma avaliação preliminar feita por um perito no início do processo judicial — antes que o poder público entre no local a ser desapropriado. Essa determinação foi confirmada na Constituição Federal de 1988, mas está prevista desde 1941 no Decreto-lei nº 3.365, cujo artigo 15 trata da desapropriação por utilidade pública. Diante da avaliação preliminar, o juiz determina que esse valor seja depositado em juízo para prosseguir a discussão sobre o valor definitivo do imóvel. "Com o depósito, fica mais fácil levantar parte desse dinheiro antes do término do processo", afirma Paolillo.

Em casos como esses, o advogado Luiz Arthur Caselli Guimarães Filho, da banca Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados, tem conseguido levantar até 80% do valor da avaliação preliminar da propriedade em um prazo entre 90 e 120 dias após o depósito, se o imóvel estiver todo regularizado. Já os outros 20% que ficam depositados só poderão ser retirados no fim do processo — caso a Justiça decida que o valor do laudo prévio estava correto. O escritório, que assessora cerca de 40 ações relacionadas a desapropriações, também percebe

Os desapropriados por conta dos projetos relacionados ao PAC, no entanto, poderão receber em menos tempo. Essa é a expectativa do advogado Diamantino Silva Filho, sócio do escritório Diamantino Advogados Associados, com mais de 40 anos de atuação em desapropriações. Isso porque as verbas do programa devem ser repassadas por etapas concluídas, segundo ele. "Nesse caso, se for cumprido o disposto no projeto, acredito que as pessoas devam receber sem muita protelação", diz. Ele assessora diversos processos decorrentes do PAC ainda em fase administrativa ou de negociação e já registrou um aumento de cerca de 20% no número de processos em tramitação no último ano.

O caso do PAC, no entanto, é uma exceção. Ainda que haja uma avaliação prévia, nem sempre os valores se tornam disponíveis tão rapidamente aos proprietários. Segundo o advogado Hamilton Vieira Pereira, sócio do escritório Advogados Associados Hamilton Pereira, especializado em desapropriações e com atuação mais direta no sul do país, há diversas contestações contra o levantamento desses valores que atrasam o processo — e nem sempre é possível levantar 80% do depósito. "Em geral o Estado continua mau pagador e tem entrado com diversos recursos protelatórios para não quitar suas dívidas, mesmo sendo condenado

07-2009/055907-0 14 abr 2009 15:50
Rio Simples Carioca Guia: 100/1307263-0
3330016217-8 Atos: 506
COMPANHIA DE CONCESSAO RODOVIARIA JUIZ D
E FORA RIO
Junta » Calculado: 100,00 Pago: 100,00
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 00001888845 10/03/2009 307

07-2009/055907-0 06 mai 2009 15:59
Rio Simples Carioca Guia: 100/1307263-0
3330016217-8 Atos: 506
COMPANHIA DE CONCESSAO RODOVIARIA JUIZ D
E FORA RIO
Junta » Calculado: 100,00 Pago: 100,00
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 00001888845 10/03/2009 307

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

www.concer.com.br



Relatório da Administração

Srs. Acionistas,
Em cumprimento à legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2008, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	Notas	2008	2007		Notas	2008	2007
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	1.455.320	3.211.085	Empréstimos e financiamentos	10	16.152.752	7.037.454
Contas a receber		1.730.120	1.449.393	Fornecedores	11	1.877.497	3.597.468
Adiantamentos a fornecedores		17.582	40.672	Partes relacionadas	5	6.828.316	1.022.629
Partes relacionadas	5	-	8.979.322	Juros sobre o capital próprio e dividendos	12	39.570.108	6.232.564
Almoxarifado de materiais		77.914	49.252	Obrigações trabalhistas/tributárias	13	7.025.022	3.210.196
Impostos a recuperar		13.010	11.036	Vendas antecipadas		1.979.748	1.682.434
Despesas pagas antecipadamente		273.632	417.047	Taxa de fiscalização contratual a pagar	14	899.457	832.024
Total do ativo circulante		3.567.578	14.157.807	Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	16.2	14.815.936	14.842.564
Não circulante				Leasing a pagar	8	271.754	-
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar		12.360	16.276
Créditos tributários	6	1.222.848	808.365	Total do passivo circulante		89.432.950	38.473.609
Cauções e depósitos judiciais	7	139.392	2.379.385	Passivo não circulante			
Residual de arrendamento mercantil	8	-	171.949	Empréstimos e financiamentos	10	63.069.727	73.036.707
Adiantamentos a receber		-	779.616	Partes relacionadas	5	-	21.908.249
Outros valores a receber		187.214	490.473	Leasing a pagar	8	332.996	-
		1.549.454	4.629.788	Taxa de fiscalização contratual a pagar	14	704.239	1.487.627
Imobilizado				Provisão para contingências	20	3.596.611	2.377.544
Diferido	9	641.246.563	731.203.154	Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	16.2	106.435.125	144.526.543
		-	2.676	Obrigações tributárias	13	4.196.649	3.831.644
Total do ativo não circulante		641.246.563	731.205.830	Receita diferida	15	4.430.898	4.702.928
		642.796.017	735.835.618	Total do passivo não circulante		182.766.245	251.871.242
Total do ativo		646.363.595	749.993.425	Patrimônio líquido	16		
				Capital social		94.778.171	94.778.171
				Reserva de capital		212	212
				Reserva de reavaliação		235.369.706	309.363.560
				Reservas de lucros		44.016.311	2.809.402
				Lucros acumulados		-	52.697.229
				Total do passivo e patrimônio líquido		646.363.595	749.993.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total	
				Estatutária	Legal	Lucros			
Saldos em 31/12/2006	94.778.171	212	101.722.598	254.362	2.543.611	-	2.797.973	38.892.195	238.191.149
Realização da reserva de reavaliação 2004	-	-	(10.570.342)	-	-	-	-	10.570.342	-
Constituição da reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	Notas	2008	2007
Receita de arrecadação pedágio/exploração comercial		159.230.723	143.286.099
Deduções da receita		(13.906.859)	(12.436.447)
Receita líquida de vendas		145.323.864	130.849.652
Custo dos serviços prestados - operação da rodovia		(2.106.100)	(3.395.005)
Custos de pessoal		(18.055.155)	(28.904.229)
Manutenção/conservação		(18.426.782)	(15.248.072)
Serviço de atendimento ao usuário		(6.476.666)	(4.672.092)
Serviços de terceiros		(76.685)	(1.580.505)
Aluguéis de equipamentos/leasing		(3.612.491)	(3.439.182)
Fiscalização contratual		(21.842.778)	(21.361.855)
Depreciação e amortização		(43.576.281)	(20.622.157)
Depreciação da reavaliação		(1.823.798)	(1.674.590)
Seguros		(877.648)	(2.341.079)
Materiais		(1.734.683)	(2.333.347)
Outros		(118.609.067)	(105.572.113)
Resultado bruto		26.714.797	25.277.539
Despesas e receitas operacionais		(5.204.250)	(4.440.639)
Despesas de pessoal		(7.319.704)	(6.081.908)
Despesas administrativas		(10.371.661)	(8.928.933)
Despesas financeiras, líquidas		(686.214)	(168.427)
Depreciação e amortização		(4.165.270)	(5.446.351)
Serviços de terceiros		469.855	(1.238)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(27.277.244)	(25.067.496)
Resultado antes da provisão para IRPJ e contribuição social		(562.447)	210.043
Provisão para IRPJ e contribuição social	19	(49.386)	(2.241)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(611.833)	207.802
Lucro (prejuízo) por ação		(0,09)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Realização da reserva de reavaliação 2007	-	-	(3.040.283)	-	-	-	3.040.283	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	207.802	207.802
Constituição das reservas estatutária e legal	-	-	-	1.039	10.390	-	11.429	(11.429)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(1.964)	(1.964)
Saldos em 31/12/2007	94.778.171	212	309.363.560	255.401	2.554.001	-	2.809.402	52.697.229
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(28.760.344)	-	-	-	28.760.344	-
Provisão para perdas no ativo imobilizado	-	-	(45.233.510)	-	-	-	-	(45.233.510)
Ajuste decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 (arrendamento mercantil financeiro)	-	-	-	-	-	-	(70.687)	(70.687)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(611.833)	(611.833)
Constituição das reservas	-	-	-	-	-	41.206.909	41.206.909	(41.206.909)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(39.568.144)	(39.568.144)
Saldos em 31/12/2008	94.778.171	212	235.369.706	255.401	2.554.001	41.206.909	44.016.311	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa operacional		(Não auditado)		(Não auditado)
Lucro líquido do exercício	(611.833)	207.802	196.541	(389.651)
Ajustes			1.396.208	(342.079)
IRPJ e contribuição social diferidos	(15.117.196)	(6.896.441)	(12.854.394)	(6.413.778)
IRPJ e contribuição social correntes	15.166.580	6.893.010	(272.030)	4.702.928
Depreciação e amortização	66.105.273	42.152.439	(422.556)	1.342.877
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	2.460	-	58.003.587	28.403.370
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	9.084.166	9.648.172	(44.123.481)	(18.361.170)
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	1.219.067	(338.508)	530.577	1.238
Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	(321.045)	-	(43.592.904)	(18.359.932)
Ajuste decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 - arrendamento mercantil financeiro	(70.687)	-		
Lucro líquido ajustado	75.456.785	51.666.474	(6.230.600)	(4.680.000)
Variações nos ativos e passivos			3.000.000	40.084.613
(Aumento) diminuição dos ativos			(7.799.998)	(36.697.277)
Contas a receber	(277.762)	(439.729)	(5.135.850)	(7.433.597)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	8.979.322	(7.316.419)	(16.166.448)	(8.726.261)
Impostos a recuperar	(5.687)	(266)	(1.755.765)	1.317.177
Despesas pagas antecipadamente e outros valores a receber	3.629.693	(209.488)	3.211.085	1.893.908
Aumento (diminuição) dos passivos	(1.719.971)	(1.349.982)	1.455.320	3.211.085
Fornecedores			(1.755.765)	1.317.177
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	(16.102.562)	(12.847.517)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RICI, tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trecho das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindí-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia

durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços a lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multa por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Conforme o Programa de Exploração da Rodovia - PER, o cronograma de investimentos prevê aplicação de recursos na rodovia durante o prazo de concessão no montante aproximado de R\$ 1.288.580.133, a valores de dezembro de 2008, dos quais R\$ 951.127.356 foram investidos, classificadas no ativo permanente e custeadas através da captação de financiamentos de curto e longo prazos, capital próprio e recursos oriundos da receita de pedágio.

Adicionalmente, estão previstos ingressos de recursos de financiamento de longo prazo para custear novos investimentos no montante aproximado de R\$ 337.452.277, especialmente para construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis.

O cronograma de novos investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

	2008	2007
Receitas	203.276.859	163.908.256
Serviços	159.230.723	143.286.099
Outras receitas	44.046.136	20.622.157
Insumos adquiridos de terceiros	60.920.701	65.891.197
Custo das mercadorias e serviços vendidos	45.842.636	49.422.500
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	15.078.065	16.467.459
Perda/recuperação de valores ativos	-	1.238
Valor adicionado bruto	142.356.158	98.017.059
Retenções	66.105.273	42.152.439
Depreciação e amortização	66.105.273	42.152.439
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	76.250.885	55.864.620
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	262.452	52.042
Receitas financeiras	262.452	52.042
Valor adicionado total a distribuir	76.513.337	55.916.662
Distribuição do valor adicionado	76.513.337	55.916.662
Pessoal e encargos	6.436.443	6.856.015
Impostos, taxas e contribuições	30.421.480	21.800.999
Juros e aluguéis	11.504.903	13.441.221
Lucros retidos do exercício	28.148.511	13.818.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

... continuação da Nota 1 - Contexto operacional

Ano	Valor
2009	23.829.291
2010	41.281.681
2011	18.833.257
2012	57.028.869
A partir de 2013	196.479.179
	337.452.277

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2008. As projeções de resultados futuros indicam a geração de fluxos de caixa positivos. O orçamento para o exercício de 2009 prevê arrecadação de pedágio em montante suficiente para a manutenção das atividades da Companhia e para a liquidação de seus compromissos financeiros de curto prazo. Adicionalmente, estão previstos ingressos de recursos de financiamento de longo prazo para custear os investimentos planejados, especialmente para a duplicação de pista no trecho entre Matias Barbosa e Juiz de Fora em Minas Gerais.

A Administração entende que em eventual necessidade decorrente da não concretização de parte de seu plano de negócios, os acionistas provarão os recursos necessários para a manutenção das atividades da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

Foi efetuada uma reclassificação no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007 com o objetivo de melhorar a apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras.

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506/06, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu como data de transição para a adoção das novas práticas contábeis 1º de janeiro de 2008.

A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seus balanços patrimoniais iniciais ajustados por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o disposto na NPC 12 e Deliberação CVM nº 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as companhias devem demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a faculdade prevista nesse CPC e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1 de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

continua...

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

www.concer.com.br



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, do balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007 ("CPC 01");
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 ("CPC 03");
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008 ("CPC 05");
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008 ("CPC 06");
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 ("CPC 09");
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008 ("CPC 12");
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008 ("CPC 13");
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008 ("CPC 14").

O balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2008 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais, permitidas pelo pronunciamento técnico CPC 13, sendo elas:

- (i) **Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas:** As demonstrações financeiras de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Companhia conforme divulgado acima.
- (ii) **Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro:** O CPC 14 determina que a classificação dos instrumentos financeiros deve ser feita no momento original de seu registro, porém, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que esses instrumentos financeiros fossem classificados na data de transição. A Companhia optou por adotar a isenção prevista no CPC 13.
- (iii) **Isenção sobre a manutenção de saldos no ativo diferido até sua realização:** A Companhia optou por baixar contra a conta de lucros acumulados os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido na data de transição.
- (iv) **Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente:** A Companhia avaliou eventuais efeitos de ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários de longo prazo e não identificou transações que fossem sujeitas a este ajuste. Os efeitos de ajuste a valor presente dos itens monetários de curto prazo foram imateriais.
- (v) **Isenção sobre a manutenção do saldo de reserva de reavaliação:** A Companhia optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de ativos imobilizados existente na data de transição. Por conta dessa opção, o valor reavaliado desses ativos passou a ser considerado o valor de custo no ativo imobilizado e a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido continuou a ser realizada em contrapartida à conta de lucros acumulados.
- (vi) **Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08:** A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determina-

	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07 (Balanço de abertura)
Passivo			
Outras contas a pagar	16.276		16.276
Leasing a pagar (I)		828.559	828.559
Total do passivo circulante	38.473.609		39.302.168
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	73.036.707		73.036.707
Leasing (I)		345.490	345.490
Partes relacionadas	21.908.249		21.908.249
Taxa de fiscalização contratual a pagar	1.487.627		1.487.627
Provisão para contingências	2.377.544		2.377.544
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	144.526.543		144.526.543
Obrigações tributárias (I)	3.831.644	52.165	3.883.809
Receita diferida	4.702.928		4.702.928
Total do passivo não circulante	251.871.242		252.268.897
Patrimônio líquido			
Capital social	94.778.171		94.778.171
Reserva de capital	212		212
Reserva de reavaliação	309.363.560		309.363.560
Reservas de lucros	2.809.402		2.809.402
Lucros acumulados (I)	52.697.229	(70.687)	52.626.542
	459.648.574		459.577.887
Total do passivo e patrimônio líquido	749.993.425		751.148.952

(i) Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro.
b) Patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	459.648.574
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro (I)	(70.687)
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	(70.687)
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	459.577.887

c) Demonstração do resultado

	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07
Receita de arrecadação pedágio/exploração comercial	143.286.099		143.286.099
Deduções da receita	(12.436.447)		(12.436.447)
Receita líquida de vendas	130.849.652		130.849.652
Custo dos serviços prestados - operação da rodovia			
Custos de pessoal	(3.395.005)		(3.395.005)
Manutenção/conservação	(28.904.229)		(28.904.229)
Serviço de atendimento ao usuário	(15.248.072)		(15.248.072)
Serviços de terceiros	(4.672.092)		(4.672.092)
Aluguéis de equipamentos/leasing (I)	(1.580.505)	416.019	(1.164.486)
Fiscalização contratual	(3.439.182)		(3.439.182)
Depreciação e amortização (I)	(21.361.855)	(227.963)	(21.589.818)
Depreciação da reavaliação	(20.622.157)		(20.622.157)
Seguros	(1.674.590)		(1.674.590)
Materiais	(2.341.079)		(2.341.079)
Outros	(2.223.247)		(2.223.247)

tárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados (nota explicativa 10). **k) Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Receita de arrecadação		
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Demais receitas		
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%
Imposto Sobre Serviços	ISS	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

O ISS sobre o custo da tarifa do pedágio é provisionado à alíquota de 5%, com o conseqüente repasse deste imposto à tarifa do pedágio, a partir de janeiro de 2000, com base nas Leis Complementares nº 100 de 22/12/1999 e nº 116 de 31/07/2003, que instituíram a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de pedágio.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente na data do balanço. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos foram constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para contingências cíveis e trabalhistas, e são demonstrados pelo valor que se espera realizar.

m) Estimativas contábeis: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; o imposto de renda e contribuição social diferidos e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09, emitido pelo CPC.

A Companhia optou por apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa e

de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignará a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

(vii) **Exceção sobre o reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros vigentes antes da data de transição e sobre a capitalização de custos iniciais de contratação diretamente associados a esses arrendamentos:** Para os contratos vigentes na data de transição e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Companhia registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data de transição. Adicionalmente reconheceu no passivo as contraprestações de arrendamento mercantil ajustadas a valor presente na data das demonstrações financeiras. Os custos iniciais diretos, incorridos para a contratação desses arrendamentos, não foram capitalizados.

(viii) **Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado:** A Companhia optou pela exceção permitida pela CPC 13 e dessa forma a primeira análise sobre as estimativas de vida útil-econômica de seus ativos imobilizados será realizada para que produza efeitos, caso haja, a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil-econômica dos ativos, decorrentes dessa análise, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva. Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, a Companhia preparou e está apresentando a demonstração dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido, na data de transição, da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, com a finalidade de suprir informações quanto a comparabilidade do resultado e do patrimônio líquido com os valores que seriam obtidos caso não tivessem existido essas modificações. Adicionalmente a Companhia preparou e está divulgando os impactos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 nos saldos das contas do balanço patrimonial de abertura. A Companhia aplicou a opção de não divulgar o balanço inicial ajustado.

a) Balanço patrimonial de 2007

	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07 (Balanço de abertura)		
	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	
Ativo			
Circulante			
Disponível	3.211.085		3.211.085
Contas a receber	1.449.393		1.449.393
Adiantamentos a fornecedores	40.672		40.672
Partes relacionadas	8.979.322		8.979.322
Almoxarifado de materiais	49.252		49.252
Impostos a recuperar	11.036		11.036
Despesas pagas antecipadamente	417.047		417.047
Total do ativo circulante	14.157.807		14.157.807
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	808.365		808.365
Cauções e depósitos judiciais	2.379.385		2.379.385
Residual de arrendamento mercantil (i)	171.949	(171.949)	-
Adiantamentos a receber	779.616		779.616
Outros valores a receber	490.473		490.473
	4.629.788		4.457.839
Permanente			
Imobilizado líquido (i)	731.203.154	1.327.476	732.530.630
Diferido líquido	2.676		2.676
	731.205.830		732.533.306
Total do ativo não circulante	735.835.618		736.991.145
Total do ativo	749.993.425		751.148.952

	Saldos de 2007 ajustados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07 (Balanço de abertura)		
	Saldos divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	7.037.454		7.037.454
Fornecedores	3.597.468		3.597.468
Partes relacionadas	1.022.629		1.022.629
Juros sobre o capital próprio e dividendos	6.232.564		6.232.564
Obrigações trabalhistas/tributárias	3.210.196		3.210.196
Vendas antecipadas	1.682.434		1.682.434
Taxa de fiscalização contratual a pagar	832.024		832.024
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	14.842.564		14.842.564

Resultado bruto	(105.572.113)		(105.384.057)
Despesas e receitas operacionais			
Despesas de pessoal	(4.440.639)		(4.440.639)
Despesas administrativas (i)	(6.081.908)	137.378	(5.944.530)
Desp. financeiras (líquidas) (i)	(8.928.933)	(217.411)	(9.146.344)
Depreciação e amortização (i)	(168.427)	(79.020)	(247.447)
Serviços de terceiros	(5.446.351)		(5.446.351)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.238)		(1.238)
	(25.067.496)		(25.226.549)
Resultado antes das provisões tributárias	210.043		239.046
Provisão para IRPJ e contribuição social	(2.241)		(2.241)
Lucro líquido do exercício	207.802		236.805

(i) Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: disponibilidade, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, enquanto que os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, leasing a pagar, taxa de fiscalização contratual a pagar e empréstimos e financiamentos.

c) Disponibilidades: Em 2008, com a adoção das práticas emanadas pelo CPC 14, as aplicações financeiras são classificadas em um dos seguintes grupos: (i) ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) ativo financeiro mantido até o vencimento e (iii) ativo financeiro disponível para venda. A mensuração do valor das aplicações financeiras é feita de acordo com a classificação de cada uma delas, conforme requerido pelo CPC 14.

As disponibilidades incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias da data de balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Encontram-se registrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização e foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Almoxarifado de materiais: Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo inferiores aos valores de reposição.

f) Despesas pagas antecipadamente: Correspondem, basicamente, às renovações de seguro, inclusive, sobre a garantia de obras na rodovia, sendo obedecido o regime de competência para a devida apropriação ao resultado de cada exercício.

g) Imobilizado, líquido: Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido das reavaliações registradas nos exercícios de 2004 e 2007. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao termo final do contrato de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 1.

h) Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado não depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Em 2007, os contratos de arrendamento eram classificados como arrendamento operacional e alocados ao resultado a medida do pagamento das contraprestações.

i) Avaliação da recuperação de ativos de longo prazo ("Impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Durante a revisão realizada em 2008 a Companhia identificou que o valor contábil líquido excedia o valor recuperável em R\$ 68.535.621, e foi constituída provisão para perda por desvalorização do ativo ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas foram classificadas como diminuição do saldo de reavaliação de acordo com o CPC 01 (vide nota explicativa 9). Adicionalmente, o valor do ativo imobilizado reavaliado é considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável desses ativos.

j) Empréstimos e financiamentos: São atualizados pelas variações mone-

da Companhia também optou por não apresentar as demonstrações de origens e aplicações de recursos para os exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008.

4. Disponibilidades e valores equivalentes:

Descrição	2008	2007
Numerário em trânsito (*)	1.224.713	2.107.510
Bancos conta movimento	202.400	688.102
Aplicações de liquidez imediata	207	387.422
Outras	28.000	28.051
Total	1.455.320	3.211.085

(*) Refere-se à arrecadação nas praças de pedágio, em trânsito com a transportadora de valores ou ainda não depositados no banco.

5. Partes relacionadas

As obrigações com entidades ligadas são originárias de operações de prestação de serviços de recuperação, manutenção, conservação, exploração comercial, atendimento ao usuário e ampliação da rodovia e foram gerados, quanto a prazos, encargos e garantias, nas mesmas condições das operações realizadas com terceiros. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e as obras e serviços previstos no contrato de concessão são fiscalizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As transações da Companhia com partes relacionadas apresentavam os seguintes valores:

Consórcio Construtor BR 040	2008	2007
Saldo em 31 de dezembro		
Ativo - adiantamento - circulante	-	8.850.297
Passivos - fornecedores - circulante	4.583.428	-
Passivos - fornecedores - não circulante	-	21.908.249

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia investiu os montantes demonstrados abaixo em obras para duplicação da rodovia BR 040 e em custos para manutenção da rodovia, cujos serviços foram realizados pelo Consórcio Construtor BR 040.

Movimentações no exercício	2008	2007
Aquisições de imobilizado	32.046.772	17.275.091
Depreciações	26.392.607	25.116.003
Custos - manutenção	-	4.934.597

Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

Saldo em 31 de dezembro	2008	2007
Ativo - adiantamento - circulante	-	129.025
Passivos - fornecedores - circulante	2.244.888	1.022.629

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia incorreu em R\$ 41.995.712 (R\$ 32.479.936 em 31 de dezembro de 2007) referente aos gastos com serviços de manutenção e conservação, atendimento ao usuário, arrecadação, e serviços de terceiros realizados pela Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

6. Créditos tributários

Os créditos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro) incidentes sobre as adições temporárias decorrentes de provisão para contingências, estão registrados no ativo não circulante:

Composição dos créditos tributários	2008	2007
Descrição		
IRPJ	899.153	594.386
CSSL	323.695	213.979
Total	1.222.848	808.365

Demonstração dos créditos tributários

Descrição	2008	2007
Provisão para contingências (nota explicativa 20)	3.596.611	2.377.544
IRPJ - 15%	539.492	356.632
Adicional do IRPJ - 10%	359.661	237.754
Total do crédito do imposto de renda	899.153	594.386
Provisão para contingências (nota explicativa 20)	3.596.611	2.377.544
Total do crédito da CSSL - 9%	323.695	213.979

7. Cauções e depósitos judiciais

O saldo de R\$ 139.392 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 2.379.385 em 2007) refere-se a depósitos judiciais dos processos de naturezas trabalhistas e cíveis, para os quais foram constituídas, quando aplicável, provisão para contingências, conforme comentado na nota explicativa 20.

Descrição	2008	2007
Depósitos trabalhistas	26.383	250.999
Depósitos cíveis	90.638	2.108.568
	117.021	2.359.568
Cauções	22.371	19.817
Total	139.392	2.379.385

8. Arrendamento mercantil

Em cumprimento a Resolução CFC nº 1.141/08 que aprovou a NBC T 10.02 - Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia registrou seus arrendamentos mercantis como arrendamentos financeiros, por entender que estes arrendamentos possuem as seguintes condições:

- Há a transferência de propriedade do ativo para a Companhia no fim do prazo do arrendamento;
- A Companhia tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui intenção provável de exercê-la;
- O prazo do arrendamento refere-se a, no mínimo, 70% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Companhia entende que 70% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo;
- No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 60% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Companhia entende que 60% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

continua...



Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

www.concer.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Certos veículos e equipamentos são arrendados com uma taxa pré-fixada média de 2,5% ao mês, variando entre o período de 24 a 36 meses, contendo cláusulas de opção de compra.

A seguir os valores do imobilizado líquido de depreciação e o passivo que os ativos registrados como compra financiada de bens de acordo com o CPC 06 representam:

9. Imobilizado

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2008		2007 (*)	
				Líquido	Reavaliação	Total em 31.12.2008	Total em 31.12.2007
Trabalhos iniciais							
Pavimento concreto asfáltico	20	3.734.161	(3.734.161)	-	-	-	-
Elementos de proteção/segurança	20	5.895.395	(5.813.237)	82.158	-	82.158	-
Canteiro central/faixa domínio	20	185.786	(185.786)	-	-	-	-
Obras de arte especiais	20	1.913.374	(1.913.374)	-	-	-	-
Sistema de iluminação/Inst. elétricas	20	60.049	(60.049)	-	-	-	-
Estruturas de contenção	4-5	3.455.373	(1.924.301)	1.531.072	-	1.531.072	1.703.840
Drenagem/obras de arte correntes	20	255.995	(255.995)	-	-	-	-
Recuperação dos túneis	20	203.902	(203.902)	-	-	-	-
Edific. operação e controle	4-5	9.916.028	(5.487.090)	4.428.938	-	4.428.938	4.920.609
Total		25.620.063	(19.577.895)	6.042.168	-	6.042.168	6.624.449
Recuperação estrutural da rodovia							
Pavimento concreto asfáltico	12,5 - 16,67	20.049.421	(19.196.204)	853.217	27.318.911	(23.908.168)	4.263.960
Pavimento concreto cimento	12,5 - 16,67	1.654.634	(1.453.252)	201.382	1.143.174	(1.012.781)	331.775
Elementos de proteção e segurança	4-5	7.209.825	(2.724.813)	4.485.012	13.875.592	(12.903.763)	5.456.841
Recup. e alarg. obras de arte especiais	4-5	1.475.410	(329.664)	1.145.746	2.625.990	(483.294)	3.288.442
Estruturas de contenção	4-5	11.970.832	(5.021.251)	6.949.581	25.374.279	(4.421.801)	27.902.059
Drenagem/obras de arte correntes	4-5	6.181.678	(3.023.410)	3.158.268	20.535.348	(4.191.698)	19.501.918
Túneis	4-5	699.144	(355.208)	343.936	709.684	(122.525)	931.095
Total		49.240.944	(32.103.802)	17.137.142	91.582.978	(47.044.030)	61.676.090
Melhoramentos							
Edific. operação e controle	4-5	2.130.020	(920.057)	1.209.963	1.250.224	(63.433)	2.396.754
Obras espec. prog. exp. - item 2.6	4-5	187.140.158	(97.459.872)	89.680.286	315.373.302	(48.009.727)	357.043.861
Sistema ilum./instalações elétricas	10 - 12,5	3.162.285	(928.971)	2.233.314	2.761.617	(299.467)	4.695.464
Nova subida da serra	4-20	817.277	(24.654)	792.623	102.523	(9.200)	885.946
Estruturas de contenção	4-5	3.056.716	(90.589)	2.966.127	104.889	(9.413)	3.061.603
Duplicação de pista simples	4-20	162.781.739	(26.643.408)	136.138.331	104.027.116	(9.335.447)	230.830.000
Outros melhoramentos	4-5	3.247.003	(1.319.516)	1.927.487	17.726.716	(3.002.403)	16.651.800
Total		362.335.198	(127.387.067)	234.948.131	441.346.387	(60.729.090)	615.565.428
Diversos							
Monitoramento	4	1.401.975	(736.258)	665.717	-	-	665.717
Adm. Concessionária	10	4.636.485	(2.655.334)	1.981.151	-	-	1.981.151
Implantação dos sistemas	5-20	36.561.428	(13.360.550)	23.200.878	-	-	23.200.878
Exploração comercial	-	1.019.851	(370.638)	649.213	-	-	649.213
Marcas e patentes	-	1.539	-	1.539	-	-	1.539
Total		43.621.278	(17.122.780)	26.498.498	-	-	26.498.498
Total do saldo do ativo imobilizado		480.817.483	(196.191.544)	284.625.939	532.929.365	(107.773.120)	709.782.184
Provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado (i)	-	-	-	-	(68.535.621)	-	(68.535.621)
Total do saldo do ativo imobilizado, líquido da provisão para perda por desvalorização		480.817.483	(196.191.544)	284.625.939	464.393.744	(107.773.120)	641.246.563

(i) Em 2008 a Companhia contratou a empresa Martins Oliveira Auditoria e Consultoria para efetuar uma nova revisão do valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, a qual emitiu o Laudo de Elaboração da Mensuração do Valor Recuperável dos Ativos da Companhia, datado de 13 de março de 2009, identificando que o valor recuperável dos ativos da Concer era inferior ao seu valor contábil em R\$ 68.535.621. Sendo assim a Companhia constituiu provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado neste valor, de forma a ajustar o valor líquido contábil ao valor de recuperação, tendo como contrapartida a reserva de reavaliação.

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2008	2007
Banco Bradesco S.A. - Conta Garantida - taxa de CDI + 0,6% ao mês	-	14.809
Banco Guanabara - Empréstimo para Capital de Giro - taxa de CDI + 1,0% ao mês	3.009.000	-
Banco ABN Real - Empréstimos para Capital de Giro - taxa de CDI + 0,222% ao mês	19.392.443	18.000.000
BNDES - subcrédito "a" - Parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES	5.910.005	5.172.656
BNDES - subcrédito "b" - Parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP	29.900.297	34.992.518
BNDES - subcrédito "c" - Parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios		

11. Fornecedores

Descrição	2008	2007
Progeo Engenharia Ltda.	392.868	-
Agência Nacional de Transportes Terrestres	391.029	361.713
Petrobrás Distribuidora S.A.	373.763	132.271
Central Beton Ltda.	66.460	-
BIOPAR - Biondo Participações e Empreend.	57.285	-
Vigban - Empresa de Vigilância	53.596	-
Chevron Brasil Ltda.	50.000	-
Fundação Centro Tecnológico JF	37.850	-
Heisdem Comercio e Serviços Ltda.	27.021	-
Diamante 162 Com e Serv	15.596	-
Hot Line Indústria e Comércio Ltda.	12.564	60.226
Greca Distribuidora de Asfalto	-	1.821.096
Quantidade em Sistema de Informação (QSI)	-	468.000
Serviços de Segurança e Vigilância	-	67.102
Bradesco Seguro S.A.	11.992	48.108
Outros	387.473	638.952
Total	1.877.497	3.597.468

12. Juros sobre o capital próprio e dividendos - No decorrer do exercício

Descrição	2008	2007 (*)
Custo de aquisição	1.974.929	1.821.413
Depreciação acumulada	(883.745)	(493.937)
Valor líquido dos bens	1.091.184	1.327.476
Leasing a pagar - circulante	271.754	828.560
Leasing a pagar - não circulante	332.996	345.490

(*) Os ajustes referentes ao exercício de 2007 só estão sendo apresentados para fins de comparabilidade (vide nota explicativa 2).

Descrição	2008	2007
Receita recebida antecipadamente	7.803.830	8.282.830
Impostos incorridos e a incorrer	-	-
IRPJ e CSLL (nota explicativa 13)	(2.282.583)	(2.422.700)
PIS, COFINS e ISS	(1.090.349)	(1.157.200)
Total	4.430.898	4.702.930

Pela utilização da infra-estrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$ 20.709.128, dos quais R\$ 7.699.128 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo remanescente do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$ 969.691, tendo sido recebida a primeira parcela em outubro de 2007, mais R\$ 404.038 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagou a Companhia para implantação de rede de afluente R\$ 26.060 e para implantação de adutora R\$ 47.133.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações de valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, não gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção no término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$ 100.000.000. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2008 é a seguinte:

Descrição	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	431.406	862.810	1.294.216
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107
Construtora Metropolitana S.A.	251.654	503.305	754.959
Pessoas físicas	-	10	10
Total	2.396.700	4.793.400	7.190.100

16.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Além da reavaliação realizada em 2004, em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando às demonstrações financeiras R\$ 29.316.576 na conta de recuperação estrutural da rodovia de R\$ 305.913.101 em melhoramentos, totalizando R\$ 335.229.677, com base em laudo técnico emitido pela empresa Mynarski Controle Patrimonial Ltda. tendo sido estimada também nova vida útil técnica para os bens reavaliados. A nomeação da empresa contratada foi realizada através da 11 Assembleia Geral Extraordinária em 10 de outubro de 2007. O laudo fundamentado os critérios de avaliação e elementos de comparação adotados foi aprovado pelos acionistas na 12 Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2007 e contabilizada naquela data.

O resultado da reavaliação no valor de R\$ 708.487.109 foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida em conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. O reconhecimento dos tributos incidentes foi reconhecido a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito da conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo não circulante. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporcionalidade das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram, integrando a base de cálculo dos dividendos.

Os saldos existentes das reservas de reavaliação e das reservas de reavaliação reflexa decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei nº 11.638 entrar em vigor. Os Administradores da Companhia, com base nos normativos contábeis e fiscais existentes até o momento, decidiram pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

Conforme mencionado na nota 9.1, a Administração efetuou em 2008 a revisão do valor contábil líquido dos ativos e identificou que o valor contábil líquido excedia o valor recuperável em R\$ 68.535.621. Foi constituída provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e essas perdas, líquidas do efeito dos impostos diferidos, foram classificadas como diminuição do saldo de reavaliação.

16.3. Reserva legal: Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação.

16.4. Reserva estatutária: Constituída para fins de restituição de capital aos acionistas, nos casos de extinção da concessão, com base em 0,5% do lucro líquido de cada exercício social, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

16.5. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação.

para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 4,65% ao ano acima da variação da TJLP

5.413.361 6.296.805

Siemens Ltda. - Financiamentos concedidos para aquisição de bens do ativo imobilizado produzidos pela mesma, atualizado até 31/12/1999

15.597.373 15.597.373

Total

79.222.479 80.074.161

Circulante

16.152.752 7.037.454

Não circulante

63.069.727 73.036.707

Parcela não circulante vencível em

2008 2007

2008	-	16.096.373
2009	-	12.809.317
2010	30.061.028	12.809.317
2011	13.232.879	12.309.317
2012	7.079.004	6.809.317
2013	7.079.004	6.809.317
2014	5.617.812	5.393.749
Total de débitos de longo prazo	63.069.727	73.036.707

10.1. Contrato ABN REAL: Trata-se de empréstimo para capital de giro, pactuado em 22 de novembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2008 o saldo monta a importância de R\$ 19.392.443. O valor liberado será pago em 36 parcelas vencendo a primeira em 22 de novembro 2008. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

O contrato com o ABN REAL possui cláusula determinando nível máximo de endividamento em relação ao EBITDA, a ser apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

10.2. Contratos BNDES: R\$ 5.910.005, R\$ 29.900.297 e R\$ 5.413.361: subcréditos "a", "b", "c" - valores correspondentes às parcelas liberadas até 31 de dezembro de 2008 do contrato firmado em 03/09/2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, vencendo-se a primeira dos subcréditos "a" e "b" em 15/10/2007 e a última em 15/10/2014, e o subcrédito "c" vencendo-se a primeira em 15/01/2008 e a última em 15/12/2014. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas determinando uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total, a ser apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

10.3. Contrato SIEMENS: Pactuado em maio de 1996 com o objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário. Em 21 de janeiro de 2000, por carta endereçada à contratada, foi rescindido o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados e negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais.

Com base em parecer de seus assessores jurídicos, a Companhia entende como remota a probabilidade de perdas em relação ao processo em andamento. Na composição do longo prazo, este passivo está previsto para realizar-se em 2009, ano em que os assessores jurídicos estimam como provável para o término da ação em curso. O saldo apresentado inclui encargos até 31 de dezembro de 1999, sendo que a partir de janeiro de 2000, nenhum acréscimo moratório foi considerado. Se estes acréscimos fossem considerados em 31 de dezembro de 2008, o valor aproximado seria de R\$ 5.703.732. Entretanto, os valores já pagos a Siemens, cuja devolução está sendo pleiteada pela Companhia, por conta da não instalação dos sistemas, corrigidos até 31 de dezembro de 2008, representam o montante aproximado de R\$ 32.490.715.

Decisão proferida pelo M.M. Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro em 26 de abril de 2004, julgou improcedente a ação de cobrança proposta pela Siemens. Em 12 de julho de 2005, sessão de julgamento do Tribunal de Justiça negou por maioria provimento ao recurso impetrado pela Siemens que, por sua vez interpôs recursos (especial e extraordinário), os quais foram impugnados pela Companhia em 13 de outubro de 2006, estando em análise pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro quanto à possibilidade de admissão dos mesmos.

As ações de rescisão de contrato, cumulada com anulação de ato jurídico e execução de título extrajudicial promovida pela Siemens, a qual foi embarçada pela CONCERT, bem como as medidas cautelares de sustação de protesto restaram todas favoráveis à CONCERT.

A Siemens já interpôs recursos especial e extraordinário sendo contra-arrazoados pela Concer, aguardando análise do Tribunal de Justiça sobre a admissibilidade ou não dos mesmos.

12. Juros sobre o capital próprio e dividendos - No decorrer do exercício de 2004 foram referendados juros sobre o capital próprio, tendo como base o lucro auferido no exercício, no montante de R\$ 10.910.600. Esse montante apropriado foi pago, conforme segue. Em 2008 foi lançado como Dividendos Propostos para pagamento em 2009 o valor de R\$ 39.568.144:

Descrição	Exercício	R\$
JSCP declarado	2004	10.910.600
Pagamento acumulado	2007	(4.680.000)
Dividendos propostos	2007	1.964
Total	2007	6.232.564
Pagamento acumulado	2008	(6.230.600)
Dividendos propostos	2008	39.568.144
Total	2008	39.570.108

Em 31 de dezembro de 2008, os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar estava distribuído da seguinte forma:

Acionista	R\$
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	24.731.317
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	7.122.620
CCI Concessões S.A.	3.561.310
Construtora Metropolitana S.A.	4.154.861
Total	39.570.108

13. Obrigações trabalhistas/tributárias

Descrição	2008	2007
IRPJ	2.775.196	841.631
CSLL	729.868	354.960
COFINS	825.106	403.038
PIS	93.701	87.326
ISS	718.494	667.502
IRPJ e CSLL diferidos sobre receita recebida antecipadamente (nota explicativa 15)	408.282	-
Impostos retidos na fonte a recolher	358.865	137.739
Parcelamento IRPJ e CSLL	193.774	-
Parcelamento especial - "REFIS - 3"	190.384	183.188
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	731.352	534.812
Total passivo circulante	7.025.022	3.210.196
IRPJ e CSLL diferidos sobre receita recebida antecipadamente (nota explicativa 15)	1.874.301	2.422.720
Parcelamento IRPJ e CSLL	729.082	-
IRPJ e CSLL Leasing	165.388	-
Parcelamento especial - "REFIS - 3"	1.427.878	1.408.924
Total passivo não circulante	4.196.649	3.831.644

Em julho de 2008, a Companhia recebeu um auto de infração da Secretaria da Receita Federal referente a glosa de prejuízos fiscais compensados indevidamente em períodos anteriores, cujos montantes apurados, já incluídos multa e juros, totalizaram R\$ 690.931 para o IRPJ e R\$ 247.170 para a CSLL. Em função dessa decisão, a Companhia solicitou o parcelamento destes débitos junto à Secretaria da Receita Federal, os quais serão corrigidos pela TJLP e amortizados em 60 parcelas a partir de agosto de 2008.

14. Taxa de fiscalização contratual a pagar

A Companhia havia pleiteado junto à ANTT o não pagamento de um montante de R\$ 2.742.799, relativo às taxas do período de Outubro de 2000 a Dezembro de 2001, para fins de compensação da perda de receita decorrente do atraso do reajuste tarifário.

Em 2003 a Agência manifestou-se contra o pedido e solicitou os pagamentos das taxas mensais do passado, acrescidos de encargos e atualizações, gerando um débito acumulado no início de dezembro de 2003 no montante de R\$ 4.624.887. A Companhia solicitou o parcelamento deste montante em 82 parcelas, tendo já pago 61 parcelas até dezembro de 2008. A estrutura de vencimentos é a seguinte:

Descrição	2008	2007
Circulante	899.457	832.024
Não circulante	704.239	1.487.627
Total	1.603.696	2.319.651
Parcela não circulante vencível em	2008	2007
2009	-	832.024
2010	704.239	655.603
Total de débitos de longo prazo	704.239	1.487.627

15. Receita diferida

As receitas diferidas correspondem às receitas recebidas antecipadamente da Emboratel, decorrente do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado em outubro de 2007, e receitas recebidas antecipadamente da Cervejaria Petrópolis, decorrente do contrato de ocupação da faixa de domínio para implantação de adutora e de rede de afluente firmado em fevereiro de 2008, líquidas dos impostos incidentes, cujos saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado aos termos de legislação societária.

Conforme mencionado abaixo, a Administração da Companhia está providenciando a distribuição de R\$ 39.568.144 como dividendos do saldo de lucros acumulados.

16. Lucros acumulados: Em atendimento aos artigos 194 a 197 da Lei nº 11.638/07, a Companhia destinou integralmente o saldo de lucros acumulados, sendo R\$ 39.568.144 para pagamento de dividendos e R\$ 41.206.900 para reserva de retenção de lucros.

17. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consistem em ramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com nosso porte e operações, nossa cobertura de seguros consistentes com as demais Empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Descrição	Valor do risco
Acidentes/danos de causa externa	168.600
Danos materiais/perda de receita	25.000.000
Dano corporal/dano material	11.138.200
Contrato de concessão	11.138.200
Frota de veículos	100% Valor de mercado

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração.

18. Remuneração a administradores

A remuneração total dos administradores e diretores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 1.064.873 (R\$ 623.313 em 2007), a qual é considerada benefício de curto prazo.

19. Imposto de renda e contribuição social:

Descrição	R\$ - Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Base de cálculo do imposto de renda		
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(562.447)	210.042
Adições permanentes (despesas não dedutíveis)	1.164.395	274.812
Adição permanente (depreciação da reavaliação)	43.576.281	20.622.157
(+) Adições ou (reversões) temporárias Leasing	333.007	-
(+) Adições ou (reversões) temporárias (provisão para contingências)	1.219.067	(338.509)
Lucro real	45.730.303	20.768.502
Imposto de renda - 15%	6.859.545	3.115.277
Imposto de renda adicional - 10%	4.549.030	2.052.855
Imposto de renda diferido realizado sobre provisão para contingências	(304.767)	84.622
Subtotal	11.103.809	5.252.756
Reversão do imposto de renda diferido sobre a depreciação da reavaliação	(10.894.070)	(5.155.539)
Reduções por incentivos fiscais - PAT e incentivos a cultura	(131.277)	(138.611)
Reversão do imposto de renda diferido sobre a leasing	(83.252)	-
Total do imposto de renda	(4.790)	(41.399)
Base de cálculo da contribuição social		
Resultado antes das provisões tributárias	(562.447)	210.042
Adições permanentes (despesas não dedutíveis)	1.164.395	274.812
Adição permanente (depreciação da reavaliação)	43.576.281	20.622.157
(+) Adições ou (reversões) temporárias Leasing	333.007	-
Reversão de provisão para contingências	1.219.067	(338.509)
Base de cálculo da contribuição social	45.730.303	20.768.502
Total da contribuição social - 9%	4.115.728	1.869.166
Contribuição social diferida realizada sobre provisão para contingências	(109.716)	30.466
Subtotal	4.006.012	1.899.631
Reversão da contribuição social diferida (passivo) sobre a depreciação da reavaliação	(3.921.865)	(1.855.994)
Reversão da contribuição social diferida sobre leasing	(29.971)	-
Total da contribuição social	54.176	43.637
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	49.386	2.241

20. Provisão para contingências

Descrição	2008	2007
Contingências trabalhistas	1.298.362	46.211
Contingências cíveis/fiscais	2.298.249	2.331.322
Total	3.596.611	2.377.533

continua

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ/MF nº 06.890.446/0001-58



www.concer.com.br

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é parte integrante de diversos processos de natureza trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, a Companhia provisionou as causas consideradas como risco de perda provável. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos, no montante de R\$ 8.250.869 (R\$ 14.775.578 em 2007), cujo risco de contingências foi considerado, por seus respectivos consultores legais, como possível. Dentre estes processos, existem aqueles de natureza tributária, principalmente relativos a questionamentos de ISS e ICMS, que para a defesa seja interposta no âmbito judicial é condição imprescindível que o juízo esteja garantido. Sendo assim, a Companhia obteve junto à Instituições Financeiras cartas de fiança bancária no valor de R\$ 4.562.000, as quais foram dadas em garantia aos respectivos processos judiciais.

21. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2008, os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os principais critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

21.1. Disponibilidades: Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

21.2. Partes relacionadas: Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

Conselho de Administração

Carlos Alberto Bottarelli	– Presidente do Conselho
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	– Conselheiro
Eduardo Ribeiro Capobianco	– Conselheiro
Rogério Gomes Sant'Anna	– Conselheiro
Fabiana Reputti Vaz Lima	– Conselheira

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO
Rio de Janeiro - RJ

- Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

21.3. Empréstimos e financiamentos: As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na nota explicativa 10.

21.4. Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

- Risco de taxa de câmbio:** O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (nota explicativa 10.2) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira. Adicionalmente, a Companhia possui o contrato de financiamento com a Siemens (nota explicativa 10.3.), que está sendo questionado judicialmente, indexado em dólares norte-americanos. Sendo assim, até o momento, não afeta negativamente seus negócios, sua situação patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e sua capacidade de honrar as obrigações.
- Riscos de crédito:** O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista e pagamentos antecipados. Os valores a receber somente ocorrem em casos de venda para grandes clientes e não representam 5% do seu faturamento mensal.
- Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada é regulada pelo poder concedente e, nas três praças de pedágio encontra-se dentro da faixa praticada pelo mercado, sendo que atualmente a Companhia cobra R\$ 1,20 a cada 10 km.
- Risco de mercado:** O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da companhia goza de um risco estrutural

Diretoria Executiva

Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Presidente - CPF 302.634.769-87
Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Administrativo Financeiro - CPF 302.634.769-87
Ricardo Salles de Oliveira Barra	– Diretor de Operações e Engenharia - CPF 453.808.996-68

- Conforme descrito na nota explicativa 10.3, a Companhia mantém registrado em seu passivo circulante o valor de R\$ 15.597.373 referente a financiamento concedido pela Siemens S.A. para o fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da Siemens S.A., dos sistemas de controle rodoviário. A Administração da Companhia, entendendo que houve a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais pela credora, rescindiu o contrato na esfera judicial e, desta forma, suspendeu o registro contábil da atualização monetária da dívida desde 1º de janeiro de 2000, tendo em vista que, na opinião de seus consultores jurídicos, a probabilidade de perda desta demanda pela Companhia é remota. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do ativo imobilizado registrado relacionado a essa obrigação soma R\$ 17.231.731. Caso os acréscimos monetários fossem considerados o valor da dívida seria de R\$ 57.034.752 na data de encerramento do exercício.
- Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 85.865.372, o qual está de acordo com o previsto no plano de negócios da Companhia. Tal plano prevê que os recursos originados das operações atrelados à obtenção de financiamentos para investimentos de longo prazo sejam suficientes para a reversão do quadro atual com o alcance e manutenção do equilíbrio de seu fluxo de caixa. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.
- A Companhia mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 5.
- As demonstrações financeiras da Companhia de Concessão Rodoviária

insuflação ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

A Administração da Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o seu equilíbrio econômico-financeiro. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a Administração da Companhia considera a probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria é plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresentando grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

22. Revisão das normas do plano de contas e instituição do manual de contabilidade

A Agência Nacional de Transportes Terrestres -ANTT promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no plano de contas do serviço público de exploração da infra-estrutura rodoviária federal, instituindo um documento denominado "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infra-Estrutura Rodoviária Federal", contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. Em termos gerais, a nova lei requer a harmonização dos planos de contas adotados pelas Empresas do mesmo setor, com aplicação compulsória a partir de 01 de janeiro de 2008. Baseado no plano de contas existentes antes da emissão da referida norma não foi necessário à implementação de mudanças no plano de contas.

Contador

Paulo Roberto da Silva Peçanha
CRC RJ 106079/P-7

Juiz de Fora - RIO referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 20 de março de 2008, e com ênfase semelhante a descrita no parágrafo 4. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras examinadas por outros auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas, com exceção da demonstração das origens e aplicações de recursos, de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

- Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2009.



Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Márcio F. Ostwald
Contador
CRC 1RJ 086.202/O-4